

Índice.....	pag`s
1. Introdução	1
2. Referencial teórico	2
2.1. Educação	2
2.1.1. Educação Informal / Educação Tradicional	2
2.1.2. Educação Formal.....	3
2.1.3. Diferenças entre educação formal e informal.....	3
2.1.4. Sistema de Educação no período colonial	3
2.1.5. A educação nas “zonas libertadas” pela Frelimo antes da independência	5
2.1.6. A educação no período pós-independência	8
3. Conclusões	10
4. Referência Bibliográfica	11

1. Introdução

Enquanto se escreve a história da educação moçambicana, parte-se de princípio de que todos os trabalhos teóricos e científicos que queiram, de uma ou outra forma, contribuir para a organização de um sistema de educação racional em Moçambique, nesses anos ainda de luta pela sua real emancipação, devem remontar ao período colonial.

Embora nem todos os problemas actuais se expliquem pelo passado colonial, é, todavia, importante a presença dessa memória, como ponto de partida para entender a complexidade da própria realidade histórica, para poder questionar com objectividade a direcção do actual processo político e aquilatar os desafios que a este homem moçambicano, que ainda traz consigo algo do colonialismo, enfrenta, no dia-a-dia, na construção da sua historicidade.

O presente trabalho faz reflexão ao processo de educação em geral e de educação de adultos em Moçambique no período colonial e período pós-independência, e sobre tudo como foi caracterizado tomando em conta os principais ideias na formação do homem.

É do conhecimento de muitos da dificuldade que se possa encontrar em bibliografias que relatam com mais precisão e com maior profundidade o assunto mas o grupo baseado em algumas poucas obras e de consultas de Internet, tentou buscar na medida do possível trazer linhas gerais que caracterizaram esta educação e sobre tudo no ultimo século de dominação colonial.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir numa reflexão deste marco histórico tão triste que foi marcado pelo nosso povo durante cerca de 500 anos.

2. Referencial teórico

Serão apresentados aqui algumas bases teóricas que irão sustentar a constatação real que se deve ter sobre a evolução do sistema educativo moçambicano.

2.1. Educação

Educação é um processo pelo qual a sociedade prepara os seus membros para garantir a sua continuidade e o seu desenvolvimento. Trata-se de um processo dinâmico que busca, continuamente, as melhores estratégias para responder aos novos desafios que a continuidade, transformação e desenvolvimento que a sociedade impõem.

2.1.1. Educação Informal / Educação Tradicional

Educação informal é aquela em que qualquer pessoa obtém fora das escolas, com professores particulares e, aulas individuais, ou mesmo pela experiência da vida e autodidáctica³. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar, a educação informal ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos, como a família e no seu meio envolvente (Afonso (1992).

Segundo Mondlane (1975), a educação tradicional é aquela que é exercida no meio social de pertença da criança e normalmente transmite saberes locais. Nesta mesma linha, Estrela (1994) considera que no contexto da educação informal a criança é educada no seio da família, comunidade e a sociedade em geral, por meio de uma aprendizagem por motivação e por participação gradual na vida dos adultos. Contudo, a educação informal resume-se num tipo de educação tradicional. A educação tradicional transmite às crianças saberes, normas de comportamento, regras que são conhecimentos estabelecidos pela tradição sob duas formas principais: O espontâneo, quando o indivíduo conhece o padrão sociocultural do seu meio envolvente através da observação e interacção com todos os membros da sua família/comunidade, e a forma dirigida que ocorre quando o indivíduo aprende através de certas pessoas a quem a comunidade confia esta tarefa, como por exemplo por ocasião das cerimónias dos ritos de iniciação.

2.1.2. Educação Formal

Afonso (1992) define a educação formal como sendo aquela que se obtém nas escolas oficiais (públicas ou privadas), cujos cursos/ currículo são reconhecidos pela instituição competente (Ministério da Educação) e é comprovado através de certificados e diplomas igualmente registados pelo ministério de tutela.

De acordo com Ponce (1979) a educação formal (escolar) surge como uma nova forma de educar que se distingue da educação informal na forma e conteúdos. Para este autor a complexidade crescente das civilizações trouxe como consequência a diversidade de papéis sociais e a necessidade de preparar as jovens gerações para desempenhar estes papéis.

Mondlane (1975), sublinha que a educação formal ocorre em contexto extrafamiliar à cargo de instituições especializadas, como a escola, o seu grau de organização e o facto destas muitas vezes veicular saberes globais/universais, é exercida na família privilegiando os saberes locais.

2.1.3. Diferenças entre educação formal e informal

A grande diferença entre estes dois tipos de educação reside no facto de a formal estar ao cargo de alguma instituição formal ou uma entidade pública ou privada dotada de uma personalidade jurídica, cuja sua missão é mesmo de leccionação, ao passo que a informal (tradicional) é aquela que se efectiva fora dessas entidades e caracterizada por não ser intencional ou organizada, mas casual e empírica, exercida a partir das vivências, de modo espontâneo. Educação informal abrange todas as possibilidades educativas, no decurso da vida do indivíduo, construindo um processo permanente e não organizado.

2.1.4. Sistema de Educação no período colonial

Moçambique à semelhança de muitos outros países africanos durante o período colonial, o seu povo permaneceu a margem de um sistema educativo com uma visão de formação de um homem do amanhã comprometido com a sua geração.

Durante muito tempo, os colonizadores não se preocuparam com educação dos nativos pois os seus interesses estavam mais virados com pilhagem dos recursos existente.

O sistema educativo, instrumento de direcção cultural estatal, teve uma relação de complementaridade com a dominação política portuguesa.

A contradição entre burguesia colonial e camponeses moçambicanos manifestou-se inicialmente como *oposição entre escola e não-escola*. A escola dos colonos era sinónimo de “não-trabalho”, enquanto a educação dos moçambicanos pretos, através do trabalho e no contexto tradicional, era sinónimo de *não-escola*. Se inicialmente o colonialismo se recusava a educar os colonizados deixando-os aos influxos educativos tradicionais, com o salazarismo passou a delegar ao clero a educação dos “indígenas”, mantendo-a contudo bastante limitada. A oposição inicial entre “escola e não-escola” era assim reforçada pelas contradições, internas ao sistema educativo, entre *escolas oficiais e escolas indígenas, escolas laicas e escolas missionárias, liceu e escolas profissionais*.

Ciência e técnica, pensamento e acção, teoria e prática, ócio e trabalho, produção e consumo estavam divididos entre escolas para brancos e escolas para pretos. Quer a contradição entre escola e não-escola quer aquela entre escola para brancos e escola para pretos expressaram o *antagonismo entre educação através do não-trabalho, para os colonos, e educação através do trabalho, para os colonizados*. A primeira destinava-se a formar as classes dirigentes e intermédias com vista à transformação das colónias portuguesas no sentido capitalista. A segunda devia retardar o desenvolvimento dos moçambicanos no campo económico, político, social e cultural, e ajudar a impedir o nascimento de uma pequena burguesia rural africana que fizesse concorrência àquela portuguesa.

O carácter supersticioso de muitas das crenças tradicionais, a estranheza da escola ao tecido socioeconómico e cultural do país, o ensino metafísico e a exclusão do ensino científico nas escolas missionárias impediam o desenvolvimento das forças produtivas no sector agrícola familiar e na esfera cultural, social e política.

A aliança entre Estado e Igreja realizou a unidade entre sistemas educativos opostos. Apesar da aparente contradição entre “escola” e não-escola”, as *escolas oficiais* e as *escolas indígenas* tiveram um papel complementar na organização, reforço e reprodução do colonialismo em Moçambique.

2.1.5. A educação nas “zonas libertadas” pela Frelimo antes da independência

Depois da independência, o governo de Moçambique usou muitas vezes a experiência da luta de libertação nacional como ponto de referência e de inspiração para o novo sistema de educação. Só que havia a tendência de realçar os aspectos positivos daquele período esquecendo as crises surgidas e os ensinamentos que daí se podiam tirar.

Durante o período da luta de libertação nacional a Frelimo não negava a existência de contradições que depois, na prática, vieram a dar origem a problemas, nem justificava o que acontecia. Pelo contrário, procurava acelerar a transformação através das oposições, guiando-as para uma superação das mesmas. A teoria política e educativa não era nem enfática nem propagandística. Ao opor-se a tradição do colonialismo, mostrava ser essencialmente crítica. Os textos escritos por Samora Machel atestam esta perspectiva.

A teoria pedagógica do movimento de libertação surgia da sua prática e propunha melhorá-la constantemente, transformando-a. Machel tinha sublinhado muitas vezes que conhecer a contradição dos factos significava abrir caminho para a sua transformação, e que não era negando um dos dois polos da contradição da realidade educativa que se dava origem a uma inovação genuína e consistente, mas assumindo-a e ultrapassando-a. Escreveu, por exemplo: “a existência de contradições é um fenómeno natural e inevitável para o progresso”.

A sua posição estava, por outro lado, de acordo com a *filosofia da praxis* segundo a qual o que caracteriza o movimento dialéctico é precisamente a coexistência dos dois lados da contradição, a luta entre ambos e a sua fusão numa nova categoria. Se for eliminado o lado negativo da contradição, elimina-se o movimento dialéctico.

Quem faz uma análise da realidade educativa das zonas libertadas, raramente toma em consideração a interacção dos elementos positivo e negativo. Se por um lado tende-se a omitir os lados positivos da educação colonial, ainda que poucos, por outro é frequente ignorar os momentos de crise da educação nas zonas libertadas.

De uma análise dos factos, sabe-se que nas zonas libertadas estavam também presentes as duas tendências. Uma propunha escolhas educativas que respondessem às exigências de uma pequena elite urbana. Outra queria interpretar as exigências de toda a população através de uma intervenção formativa inédita. Os que pertenciam ao segundo grupo achavam que os problemas não deviam ser negados mas enfrentados imediatamente, antes que a sua pressão pudesse destruir as conquistas do movimento.

A luta entre a velha e a nova direcção cultural trouxe, quer nas zonas libertadas, quer na Tanzânia, episódios de recusa do trabalho produtivo, manifestações de racismo ou de tribalismo e a prevalência do “centralismo burocrático” sobre uma real democracia na escola. O individualismo, a concorrência, os complexos de superioridade e de inferioridade, a passividade dos alunos e professores eram atitudes que representavam para a Frelimo uma força destrutiva moral tão nociva quanto a destruição física realizada pelo exército colonial. O atraso da transformação cultural comparado com a transformação política e económica era considerado fatal para o desenvolvimento quer naquele momento quer num futuro estado independente.

Nas zonas libertadas, a relação da Frelimo com a população pode ser considerada pedagógica, de confrontação permanente, que tendia a unir teoria e prática, consciência e realidade, estudo e trabalho. Nem uma “descolarização” e retorno puro e simples às origens, nem a adopção do modelo escolar colonial eram consideradas respostas adequadas às novas necessidades da população. Nos “Centros pilotos” a educação passava a ser um processo intencional, sistemático, organizado e entrelaçado com a vida. Entre *transformação e trabalho*, entre educadores e comunidade instaurava-se uma relação de *unidade e não identidade* que substituía quer a identidade característica entre os dois termos da educação tradicional quer a oposição que a educação colonial tinha criado entre ambos. A participação nas actividades produtivas era considerada um factor de educação e um meio para contribuir para a produção de bens sociais.

As transformações realizadas no terreno da formação eram vistas como uma consequência de um processo exterior ao mesmo, mas também como condição de um seu desenvolvimento futuro. A estratégia da Frente consistia em preceder com uma intervenção político-educativa a ofensiva militar nas zonas onde seria aberta uma nova frente de combate. A guerrilha só começava a agir quando a Frente tivesse a certeza de ter conseguido o apoio da população. A experiência tinha mostrado que o exército popular crescia e conseguia sucessos onde a população compreendesse a necessidade de uma guerra.

Os dirigentes da Frelimo afirmavam que o êxito político e militar poderia consolidar-se e alargar-se a novas zonas se o movimento de libertação, tornado dominante, se tivesse preocupado em aprofundar a sua hegemonia cultural. Isto explica a atenção dedicada à escola.

A alfabetização dos adultos, que não existia no período colonial, começou com o movimento de libertação. Durante o período da “luta de libertação nacional” a Frente criou mais de duzentos centros de educação primária em zonas nunca antes cobertas pela rede escolar colonial. Da intenção de abolir o dualismo *escola de trabalho e escola de não-trabalho*, característica do sistema educativo nas regiões governadas por Portugal, nascia um novo tipo de formação, unitária, integrada na vida e confiada à responsabilidade da comunidade, caracterizada por uma interligação entre estudo e trabalho. A nova direcção cultural defendia a laicização do ensino e opunha-se à discriminação racial, tribal e sexual.

A educação tradicional tinha sido um processo informal. Salvo alguns momentos de exceção, como o caso dos ritos de iniciação, era caracterizada por uma relação de transmissão e apropriação cultural não organizada intencionalmente. As identidades educação-trabalho, educadores-comunidade tinham sido uma sua peculiaridade.

O sistema de formação colonial tinha dado à relação pedagógica um carácter intencional, organizado e sistemático. Tinha criado para uma élite um espaço e um tempo educativo específico, separado do trabalho. Quando o ensino missionário, ainda que em medida reduzida, foi aberto aos moçambicanos, separou-se no seu interior o estudo da produção assim como no seu exterior se opôs a escolarização ao trabalho. O sistema tinha isolado o processo de formação da vida, contrapondo assim o professor, considerado o único detentor de cultura, aos alunos e à comunidade educativa, que vinham desresponsabilizados e puerilizados.

As escolas das zonas libertadas constituíam a superação da educação tradicional e colonial, não a sua destruição. Nas escolas da Frelimo verificava-se a síntese das características que opunham os dois caminhos de formação. Os espaços e os tempos educativos apresentavam-se ao lado dos produtivos, já não separados ou contrapostos. Cada aluno dedicava-se quer ao estudo quer ao trabalho. A escola inseria-se na vida da comunidade e na dos adultos, e mantinha com ela uma relação de troca e de solidariedade de carácter económico, social, cultural, político e militar. A responsabilidade da intervenção formativa era ao mesmo tempo do pessoal especificamente destinado à mesma e da colectividade.

O que era principalmente ensinado naquele período, em minha opinião, era a *capacidade de construir o novo a partir da superação dialéctica do passado* (não da

sua negação), ou seja, a partir da síntese dos aspectos positivos e da rejeição dos negativos.

2.1.6. A educação no período pós-independência

No período de 1977 a 1990 a educação moçambicana tinha como objectivo criar o Homem Novo, que fosse responsável pela produção da sua história. Nessa época, os currículos escolares deveriam traduzir as ideias e os discursos que dominavam ou seja, a ideologia socialista que caracterizava a sociedade moçambicana, por isso era necessário acabar com todos vestígios dos colonos. Logo após a independência de Moçambique, em 1975, houve a nacionalização da educação e no ano seguinte (1976) apostou-se na massificação do ensino. Com isso, o partido Frelimo, criado em 1977, pretendia evitar mais depressões e sabotagens nas escolas, romper com o elemento de desigualdades sociais, possibilitando a planificação da acção educativa com vista à criação de um novo sistema de educação. Como resultados imediatos, a escola deixou de ser um espaço privilegiado de uma raça, passando a ser um espaço aberto a todos cidadãos, estabelecendo um ensino público gratuito, sendo confiada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a direcção e gestão do sistema educativo.

Em 1983, o governo moçambicano introduziu o Sistema Nacional de Educação (SNE) com o intuito de proporcionar uma educação para todos em Moçambique, bem como para romper com o sistema educacional herdado do colonialismo. O SNE foi regulamentado pela lei nº 4/83, de 23 de Março. Desde então ele sofreu algumas alterações com vista a se adequar às novas exigências no país, tendo sido alterado em 1992 com a introdução da Lei 6/92 de 6 de Maio. O SNE, para além de marcar uma nova fase no processo de ensino, estabeleceu a ligação entre a escola e a comunidade, criando uma união entre o estudo e o trabalho produtivo.

Quanto ao ensino primário, o SNE preconizava, de forma gradual, a introdução da escolaridade obrigatória e universal de sete classes, a serem frequentadas em princípio por crianças dos 6 ou 7 anos até aos 12 ou 14 anos de idade.

No Relatório do Desenvolvimento Humano-RDH (1999:17) consta que “em 1983 a idade legal para a admissão para a 1^a classe foi fixada em sete anos de idade, embora a lei permitisse a inscrição de crianças com seis anos, desde que tivesse frequentado a creche ou jardim de infância”. Mas com a revisão da lei do SNE em 1992, ficou antecipada a idade de ingresso para a 1^a classe para os 6 anos de idade. Contudo, apesar

de todas estas medidas que foram sendo tomadas no sector da educação, desde 1975, com o principal destaque da passagem do sistema de ensino público do controle dos colonos para a administração directa do Estado moçambicano, a escola continuou desenraizada da população e da comunidade. Sendo assim, pode-se afirmar que a evolução da educação em Moçambique, no tempo e no espaço, variou conforme os objectivos traçados quer pelas autoridades coloniais quer pelas autoridades moçambicanas. A partir de 1975 até 1990, todo ensino privilegiava atender os objectivos da Frelimo centrados na intenção de criar uma sociedade socialista. Mas com a alteração da ordem jurídica-política, em 1999, introduziu-se uma nova Constituição que permitiu a liberalização do ensino. Desde então o ensino deixou de ser uma actividade exclusiva do Estado. Mas, na prática ainda se nota a influência da educação tradicional sobre a educação formal.

3. Conclusões

O sistema de educação no período colonial foi caracterizado por três etapas: a etapa de total silêncio (desde o início da colonização até o século XIX); o período das primeiras manifestações de educação (durante o século XX até os anos de 1960 que coincide com as independências de África) e o período do início da estruturação de um sistema educativo (nos anos 60 e coincide com o início da luta armada de independência Nacional).

Em todo período da história de Moçambique não fica claro a implementação de um sistema educativo na qual o nativo (Moçambicano) esteve directamente envolvido em defesa dos seus interesses, sua cultura e acima de tudo uma educação para o benefício da sua sociedade.

Os programas de educação levados a cabo pelo colono nos anos 1930 sob a responsabilidades da igreja (através do estatuto do missionário) fica claro a educação servia para assegurar objectivos económicos de exploração das riquezas das colónias que era a base real do mito o objectivo essencial. Para a materialização deste objectivo, foram, abertas escolas de arte e ofício a vários níveis

Mais tarde, em função das exigências da exploração capitalista e para justifi-car a ocupação efectiva das colónias, por pressão da Comunidade das Nações, o regime passou a engrossar o capital humano com os «assimilados», considera-dos estatutariamente «não indígenas».

Não claramente registado o desenvolvimento de programas de educação de adultos durante este período pode-se associar à escolas de artes e ofícios e escolas técnicas e profissionais na qual em maior número participavam jovens moçambicanos.

4. Referência Bibliográfica

Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*. Colecção: armas e os varões. Edições Afrontamento.